

## REFERÊNCIAS

### **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**

NBR ISO 37001:2017, Sistemas de gestão antissuborno – Requisitos com orientações para uso. 2017.

### **AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)**

Resolução Normativa – RN Nº 117, de 30 de novembro de 2005, que dispõe, em especial, sobre a identificação de clientes, manutenção de registros e relação de operações e situações que podem configurar indícios de ocorrência dos crimes previstos na Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998.

Resolução Normativa – RN Nº 124, de 30 de março de 2006. Dispõe sobre a aplicação de penalidades para as infrações à legislação dos planos privados de assistência à saúde.

Resolução Normativa – RN Nº 443, de 25 de janeiro de 2019. Dispõe sobre adoção de práticas mínimas de governança corporativa, com ênfase em controles internos e gestão de riscos, para fins de solvência das operadoras de planos de assistência à saúde.

Resolução Normativa – RN Nº 451, de 6 de março de 2020. Dispõe sobre os critérios para definição do capital regulatório das operadoras de planos de assistência à saúde; revoga a RN nº 209, de 22 de dezembro de 2009, e a IN nº 14, de 27 de dezembro de 2007, da DIOPE; e altera a RN nº 85, de 7 de dezembro de 2004, a RN nº 307, de 22 de outubro de 2012, e a RN nº 400, de 25 de fevereiro de 2016.

Resolução Normativa – RN Nº 452, de 9 de março de 2020. Dispõe sobre o Programa de Acreditação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde e Altera a Resolução Normativa - RN nº 124, de 30 de março de 2006, que dispõe sobre a Aplicação de Penalidades para as Infrações à Legislação de Planos Privados de Assistência à Saúde.

**CABERJ. Estatuto.** Disponível em: <https://www.caberj.com.br/sobre/estatuto/>

### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

### **GIOVANINI, Wagner. Compliance**

A excelência na prática. Editora, Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 2014, págs. 74 e 75.

## **INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

Manual de Marcas. Disponível em: < [http://manualdemarcas.inpi.gov.br/projects/manual/wiki/02\\_O\\_que\\_%C3%A9\\_marca](http://manualdemarcas.inpi.gov.br/projects/manual/wiki/02_O_que_%C3%A9_marca)>. Acesso em 23 de dezembro de 2020.

## **MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**

Manual para Implementação de Programas de Compliance. Disponível em: < [https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/manual\\_profip.pdf](https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/manual_profip.pdf)>. Acesso em 23 de dezembro de 2020.

## **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

Portal do Trabalho e Emprego, Assédio Moral ou Sexual. Disponível em: [http://www3.mte.gov.br/trab\\_domestico/trab\\_domestico\\_assedio.asp](http://www3.mte.gov.br/trab_domestico/trab_domestico_assedio.asp). Acesso em 23 de dezembro de 2020.

## **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Decreto Lei – Decreto Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Lei Federal – Lei Nº 9613, de 03 de março de 1998. Dispõe sobre os crimes de "lava-gem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências.

Lei Nº 9656, de 03 de junho de 1998, Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Lei Federal – Lei Nº 12.813, de 16 de maio de 2013. Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.

Lei Federal – Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

Decreto Lei – Lei Nº 8.420, de 18 de março de 2015. Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências.